

O IMPACTO DO TRABALHO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS CRIANÇAS: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE MAPUTO (2021-2023)

THE IMPACT OF CHILD LABOR ON CHILDREN'S SOCIAL DEVELOPMENT: A CASE STUDY IN THE CITY OF MAPUTO (2021–2023)

Autor: Domingos Alfredo Tembe

Mestrado em Sociologia do Trabalho e das Organizações, Instituto Superior Monitor, Maputo.

Licenciado em Ensino Básico, com Habilitação em Administração e Gestão da Educação, Universidade Pedagógica, Maputo.

Email: domingostemb@gmail.com

Contacto: +258 84 52 68 170 (WhatsApp)

Maputo, Abril de 2025

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto do trabalho infantil no desenvolvimento social das crianças na cidade de Maputo. O estudo de caso concentra-se no distrito municipal de KaMpfumo, particularmente nos bairros Alto Maé e Central. A pesquisa abrangeu 50 crianças com idades entre 8 e 17 anos, envolvidas em atividades econômicas informais, além de 5 pais ou encarregados de educação. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa-quantitativa, explicativa e aplicada, utilizando uma técnica de amostragem não probabilística por conveniência ou acessibilidade, combinando entrevistas semiestruturadas e observação direta assistemática, pesquisas bibliográficas e a técnica de análise de conteúdo. A teoria ecológica do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner e a teoria sociocultural de Lev Vygotsky foram aplicadas como os principais instrumentos analíticos. Os resultados da pesquisa indicam que, embora o trabalho infantil possa contribuir para a geração de renda familiar e o desenvolvimento de algumas habilidades laborais, esses benefícios são superados pelos efeitos negativos. As condições de trabalho insalubres, o cansaço extremo e a exclusão das atividades escolares comprometem o bem-estar físico, emocional e social dessas crianças, violando seus direitos fundamentais e prejudicando seu desenvolvimento social. Conclui-se que o trabalho infantil exerce um impacto negativo profundo no desenvolvimento social das crianças na cidade de Maputo, ressaltando a necessidade urgente de políticas públicas integradas que promovam a proteção dos direitos das crianças, o acesso à educação e um desenvolvimento saudável e equilibrado.

Palavras-Chave: Impacto. Trabalho Infantil. Criança. Desenvolvimento Social da Criança.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the impact of child labor on the social development of children in the city of Maputo. The case study focuses on the KaMpfumo municipal district, particularly in the Alto Maé and Central neighborhoods. The research involved 50 children aged between 8 and 17 years, engaged in informal economic activities, as well as 5 parents or guardians. Methodologically, the research adopted a qualitative-quantitative, explanatory, and applied approach, using a non-probability sampling technique based on convenience or accessibility, combining semi-structured interviews and unsystematic direct

observation, bibliographic research, and content analysis. The ecological theory of human development by Urie Bronfenbrenner and the sociocultural theory of Lev Vygotsky were applied as the main analytical tools. The research results indicate that, while child labor may contribute to generating family income and the development of some labor skills, these benefits are outweighed by the negative effects. Unhealthy working conditions, extreme fatigue, and the exclusion from school activities compromise the physical, emotional, and social well-being of these children, violating their fundamental rights and negatively impacting their social development. It is concluded that child labor has a profoundly negative impact on the social development of children in the city of Maputo, highlighting the urgent need for integrated public policies that promote the protection of children's rights, access to education, and healthy, balanced development.

Keywords: Impact. Child Labor. Child. Social Development of children.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho infantil permanece uma realidade desafiadora em países em desenvolvimento, como Moçambique, onde cerca de 2,4 milhões de crianças entre 7 e 17 anos estão envolvidas em atividades econômicas antes da idade mínima legal (INE, 2023). Na cidade de Maputo, capital e maior centro urbano do país, a prevalência do trabalho infantil aumentou de 3.775 casos em 2021 para 4.571 em 2023, reflexo das dificuldades socioeconômicas pós-pandemia (Direção Nacional do Trabalho, 2023). Essa prática, frequentemente associada à pobreza estrutural, exclusão educacional e normas culturais, compromete o desenvolvimento integral das crianças, violando direitos fundamentais, como proteção, saúde e educação, previstos na Convenção da OIT nº 182 e na Constituição da República de Moçambique (CRM, 2018).

A literatura reconhece os impactos negativos do trabalho infantil na saúde, educação e bem-estar psicológico (UNICEF, 2020; OIT, 2022), mas estudos locais frequentemente focam em áreas rurais ou industriais, deixando lacunas sobre o contexto urbano informal, como o comércio de rua em Maputo. Este estudo aborda essa lacuna ao investigar o impacto do trabalho infantil no

desenvolvimento social de crianças no distrito municipal de KaMpfumo, especificamente nos bairros Alto Maé e Central, áreas de alta densidade (3.275 hab/km²) e diversidade socioeconômica (INE, 2023).

A questão central é: *qual é o impacto do trabalho infantil no desenvolvimento social das crianças na cidade de Maputo?* Argumenta-se que essa prática tem um efeito negativo profundo, privando as crianças de uma infância plena e comprometendo seu crescimento saudável. Contudo, o objetivo geral do estudo é analisar o impacto do trabalho infantil no desenvolvimento social das crianças na cidade de Maputo. Os objetivos específicos são: (1) identificar os fatores que levam ao trabalho infantil; (2) analisar as características socioeconômicas das crianças envolvidas; (3) investigar seus efeitos no desenvolvimento social; e (4) propor estratégias de mitigação. A pesquisa combina as teorias de Bronfenbrenner (1979) e Vygotsky (1978) para entender como contextos ecológicos e interações sociais moldam esses impactos, contribuindo para debates acadêmicos e políticas públicas.

2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO

Neste capítulo primeiro fez-se uma breve contextualização histórica do trabalho infantil, em seguida o enquadramento conceptual e teórico, que consiste na definição e operacionalização dos conceitos-chave, de seguida a apresentação e discussão da teoria que norteia a pesquisa.

2.1. Contextualização Histórica do Trabalho Infantil

O trabalho infantil tem raízes em sociedades agrárias, onde crianças contribuíam para a subsistência familiar sem que isso fosse visto como exploração (Pesce, 1999). A Revolução Industrial (séculos XVIII-XIX) intensificou a prática, com crianças trabalhando em condições precárias em fábricas e minas, o que levou às primeiras legislações protetivas, como a Lei das

Fábricas de 1833 no Reino Unido (Hopkins, 2002). No século XX, convenções internacionais, como a Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1989), reforçaram a proteção infantil.

Em Moçambique, o trabalho infantil tem raízes profundas na pobreza estrutural e nas desigualdades sociais (ROSC, 2015). Durante o período colonial, a exploração do trabalho infantil foi comum, principalmente nas zonas rurais e nas atividades de extração de recursos naturais. Após a independência de Moçambique, em 1975, o país enfrentou enormes desafios econômicos e sociais que perpetuaram o problema do trabalho infantil. Nos últimos anos, apesar de avanços na legislação e na conscientização sobre os direitos das crianças, o trabalho infantil ainda persiste, exacerbado pela pobreza, falta de acesso à educação e pelas necessidades das famílias de subsistência.

As leis mais recentes, como a Lei do Trabalho nº 13/2023 de 25 de agosto, representaram um avanço significativo no que diz respeito à proteção das crianças, limitando as exceções ao trabalho infantil e estabelecendo a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho. Contudo, a falta de fiscalização eficaz e a contínua crise socioeconômica ainda dificultam a erradicação do trabalho infantil no país.

2.2. Trabalho Infantil

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022) define trabalho infantil como as atividades que privam as crianças de sua infância, do seu potencial e da sua dignidade, prejudicando o seu desenvolvimento físico e mental. Contudo, a mesma organização reconhece que nem todas as formas de trabalho infantil são necessariamente prejudiciais. Atividades leves, realizadas fora do horário escolar, como tarefas domésticas ou colaboração em pequenos negócios familiares, desde que não interfiram na educação nem no bem-estar da criança, não são consideradas formas de trabalho infantil.

Em Moçambique, a Lei do Trabalho n.º 13/2023 estabelece a idade mínima de 15 anos para o ingresso no mercado de trabalho, prevendo algumas exceções devidamente regulamentadas. No entanto, a fiscalização ineficaz favorece a exploração de crianças com menos de 15 anos, especialmente no setor informal da economia.

A análise do conceito de trabalho infantil deve, primeiramente, considerar a definição de *criança*. De acordo com o artigo 1.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por Moçambique através da Resolução n.º 19/90, entende-se por criança “todo ser humano menor de dezoito anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, a maioria for atingida mais cedo.”

Dessa forma, é importante distinguir entre *trabalho infantil* e *trabalho de menores*. O trabalho de menores refere-se a atividades laborais exercidas por adolescentes entre os 15 e os 18 anos, desde que realizadas com autorização dos responsáveis legais, em condições de segurança e compatíveis com seu desenvolvimento físico e mental. Já o trabalho infantil é caracterizado como qualquer forma de trabalho realizada por crianças com menos de 15 anos, independentemente do setor ou da existência de remuneração, que seja suscetível de prejudicar a saúde, a educação ou o desenvolvimento da criança.

Embora a legislação permita que menores com 15 anos ou mais ingressem no mercado de trabalho, este deve respeitar rigorosamente os princípios estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo a garantia de condições adequadas de saúde, segurança e compatibilidade com o desenvolvimento do jovem. Assim, atividades insalubres, que exijam esforço físico excessivo ou que sejam moralmente questionáveis devem ser proibidas para menores de idade, como forma de salvaguardar o seu desenvolvimento integral.

No contexto moçambicano, o trabalho infantil manifesta-se, predominantemente, no setor informal e abrange atividades como o trabalho agrícola, doméstico, comercial e outras formas de exploração económica. Pode, portanto, ser definido como qualquer forma de trabalho realizada

por crianças menores de 15 anos, remunerado ou não, que comprometa o seu desenvolvimento físico, mental, social e educacional.

2.3. Desenvolvimento Social da Criança

Perloiro (2003) entende o desenvolvimento social da criança como a maneira pela qual a criança se relaciona consigo mesma e com os outros, incluindo familiares, colegas e professores. Esse processo se organiza em dois domínios principais: o intrapessoal, que inclui a autoestima, o controle emocional e a autoconfiança; e o interpessoal, que abrange a empatia, a cooperação e o respeito ao próximo. O desenvolvimento social positivo manifesta-se, portanto, na capacidade da criança de compartilhar, cooperar e resolver conflitos de forma construtiva.

Para Vygotsky (1989), o desenvolvimento social da criança ocorre essencialmente por meio das interações sociais e do contexto cultural no qual ela está inserida. A aprendizagem de normas, valores e comportamentos é mediada pelas relações interpessoais e pelas atividades do cotidiano, sendo as brincadeiras em grupo um exemplo claro de como as crianças aprendem habilidades fundamentais como empatia, negociação e autorregulação.

Delari (2009) acrescenta que o desenvolvimento social é também moldado por crises e desafios que exigem da criança a capacidade de adaptação. Mudanças no ambiente familiar, escolar ou social geram situações que requerem resiliência, promovendo a aquisição de novas competências e o fortalecimento da identidade social da criança.

Em suma, o desenvolvimento social da criança é um processo complexo que envolve múltiplos fatores, desde as interações interpessoais (empatia) e intrapessoais (autoestima), passando pela influência do contexto sociocultural, até ao papel transformador das crises e desafios na adaptação e crescimento social da criança. A complementaridade entre essas dimensões, permite uma compreensão mais ampla do impacto de práticas como o trabalho infantil, que pode

comprometer significativamente o desenvolvimento social, ao privar a criança de experiências cruciais para seu crescimento emocional, cultural e relacional.

Em Moçambique, os principais indicadores do desenvolvimento social da criança incluem saúde, educação, bem-estar psicológico, ambiente familiar e acesso à cultura e lazer, todos fortemente influenciados pelas condições socioeconómicas. Em primeiro lugar, a saúde infantil é essencial para o crescimento físico e intelectual; no entanto, os altos índices de desnutrição comprometem gravemente esse processo (UNICEF, 2020). Em segundo lugar, a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e social, mas muitas crianças acabam por abandonar a escola em razão da pobreza e do trabalho infantil, o que limita suas oportunidades de aprendizagem e convivência. Além disso, segundo Perloiro (2003), o bem-estar psicológico está diretamente ligado a ambientes seguros e ao apoio emocional; contudo, a carência de serviços especializados e a exposição constante a situações de risco afetam negativamente esse aspecto. No que diz respeito ao ambiente familiar, quando este é marcado pela instabilidade e pelas dificuldades económicas, há uma limitação nas oportunidades de socialização e no suporte emocional necessário ao crescimento. Por fim, o acesso reduzido a atividades culturais e recreativas, especialmente nas zonas periféricas, restringe o convívio, a expressão e a construção de competências sociais essenciais para um desenvolvimento infantil saudável.

2.4. Trabalho Infantil e seus Impactos no Desenvolvimento Social das Crianças

Em Moçambique, o trabalho infantil está frequentemente ligado a condições socioeconómicas precárias, sendo visto por muitas famílias como uma estratégia de sobrevivência. Estima-se que 22% das crianças entre 5 e 17 anos estejam envolvidas em alguma forma de trabalho (UNICEF, 2021), o que compromete seu desenvolvimento social.

Os dados da UNICEF (2023), revelam que crianças trabalhadoras apresentam altos níveis de tristeza, desânimo e apatia, além de fadiga crónica e problemas de saúde, refletindo o impacto

físico e psicológico da sobrecarga laboral. A falta de tempo para brincar e interagir socialmente limita o desenvolvimento emocional e cognitivo, contrariando o ideal de infância proposto por Vygotsky (1984), que considera o brincar essencial para a maturação emocional. O trabalho precoce também interfere no desempenho escolar, elevando as taxas de evasão e repetência (MINEDH, 2020), o que perpetua o ciclo de pobreza entre gerações.

É importante destacar, contudo, que autores como Vygotsky (1978) e Durkheim (1893) reconhecem que, em contextos culturalmente regulados e sem prejuízo aos direitos fundamentais, o trabalho pode contribuir para a socialização das crianças, promovendo o desenvolvimento de habilidades práticas, como cooperação, responsabilidade e valores sociais. No entanto, essa possibilidade só se sustenta quando o trabalho não substitui a escolarização, o lazer e a proteção infantil. Dessa forma, torna-se essencial buscar um equilíbrio entre proteção e participação, de modo a garantir que nenhuma forma de trabalho comprometa o direito das crianças a uma infância plena, segura e educativa.

2.5. Enquadramento Teórico

O presente trabalho é fundamentado na Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Urie Bronfenbrenner, que oferece uma estrutura abrangente para entender como os contextos sociais e ambientais influenciam o desenvolvimento social das crianças. Essa teoria é utilizada para analisar, especificamente, o contexto do trabalho infantil em Moçambique, explorando como os diferentes níveis do ambiente ecológico afetam e moldam as experiências e o desenvolvimento social das crianças inseridas nessa realidade.

A teoria, desenvolvida nas décadas de 1970 e 1980, propõe que o desenvolvimento infantil é moldado por interações complexas entre a criança e cinco sistemas ambientais interconectados (Bronfenbrenner, 1979): Microsistema (família, escola, amigos), Mesossistema (relações entre microsistemas, como família-escola), Exossistema (contextos indiretos, como condições de

trabalho dos pais), Macrossistema (valores culturais, pobreza, políticas) e Cronossistema (mudanças sociais ao longo do tempo). Esses sistemas influenciam diretamente e indiretamente as experiências das crianças, determinando oportunidades de educação, socialização e bem-estar.

Complementada por contribuições de Paulo Freire, Émile Durkheim e Lev Vygotsky, a teoria de Bronfenbrenner oferece uma lente robusta para entender o trabalho infantil em Moçambique. Freire (1970) destaca a educação dialógica, enfatizando a interação entre família, escola e comunidade no microsistema e mesossistema para promover a conscientização crítica. Durkheim (1893) conecta o macrossistema à solidariedade social, mostrando como normas culturais e econômicas moldam a socialização infantil. Vygotsky (1989) foca na mediação social, com a linguagem e interações no microsistema como centrais para o desenvolvimento cognitivo, contrastando com a abordagem sistêmica de Bronfenbrenner, que prioriza a adaptação a múltiplos contextos.

Em Moçambique, o macrossistema reflete pobreza generalizada e desigualdades estruturais, com 22% das crianças de 5 a 17 anos envolvidas em trabalho infantil, frequentemente em condições precárias (OIT, 2022). Em Maputo, a ausência de políticas públicas eficazes e a economia informal agravam a situação, normalizando o trabalho infantil como estratégia de sobrevivência. No exossistema, a precariedade laboral dos pais, com baixos salários e longas jornadas, reduz o apoio educacional e emocional, forçando crianças a trabalhar. No microsistema, valores familiares que priorizam a renda sobre a educação limitam a socialização e o acesso à escola, com 64% das crianças sem escolaridade formal. O cronossistema evidencia como crises econômicas e mudanças políticas perpetuam esse ciclo, comprometendo o desenvolvimento infantil.

Essa interação entre sistemas cria um ambiente onde o trabalho infantil restringe educação, lazer e saúde, prejudicando o crescimento cognitivo, emocional e social. A análise ecológica destaca a necessidade de políticas públicas integradas, como melhoria das condições de trabalho dos pais e acesso à educação, para romper o ciclo de exclusão social em Maputo.

2.5.1. Causas do Trabalho Infantil

O trabalho infantil em Moçambique resulta de fatores complexos, destacando-se três causas principais:

Fatores Socioculturais: nas áreas rurais e urbanas, tradições valorizam o trabalho infantil como socialização e sustento familiar (Bourdillon, 2006). Crianças são vistas como “riqueza” dos pais, contribuindo desde cedo para a renda, o que perpetua a prática, apesar de leis contrárias. Essa visão cultural, aliada à falta de conscientização, prioriza o trabalho sobre a educação, prejudicando o desenvolvimento infantil.

Pobreza das Famílias: a pobreza estrutural, com 65% da população abaixo da linha de pobreza (IOF, 2022), força crianças a trabalhar para suprir necessidades básicas. Em Maputo, o setor informal e a falta de empregos formais intensificam a dependência do trabalho infantil, especialmente em atividades domésticas e agrícolas.

Falta de Serviços Sociais Básicos: a oferta limitada de educação, saúde e proteção, sobretudo em áreas rurais, aumenta a vulnerabilidade ao trabalho infantil (UNICEF, 2021). A escassez de escolas e a dependência agrícola levam famílias a envolver crianças no trabalho. O acesso à educação é crucial para reduzir o problema, promovendo conscientização sobre os riscos do trabalho infantil.

3. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia usada na elaboração deste trabalho. Aqui são apresentados os procedimentos e abordagens metodológicas seguidas bem como, as técnicas que foram usadas no processo de recolha de dados.

3.1. Metodologia do Estudo

Quanto aos objetivos, este estudo adota uma abordagem explicativa, buscando compreender as causas e os efeitos do trabalho infantil no desenvolvimento social das crianças em Maputo. Conforme Gil (2008), esse tipo de pesquisa vai além da descrição, buscando entender o “porquê” dos fenômenos, enquanto Severino (2007) destaca seu valor para a formulação de intervenções sociais eficazes. Nesse contexto, os principais indicadores analisados incluem: tipo de atividade realizada pelas crianças; condições do trabalho e carga horária; influência cultural e familiar; interações sociais no ambiente laboral e impacto na escolaridade, saúde e qualidade de vida das crianças. Esses fatores permitem avaliar como o trabalho infantil pode limitar ou favorecer o desenvolvimento social e cognitivo, considerando as dimensões sociais, econômicas e culturais.

Quanto à natureza: a pesquisa adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos (Oliveira, 2011). A vertente qualitativa busca compreender as experiências pessoais das crianças e de suas famílias, permitindo uma análise aprofundada dos significados atribuídos ao trabalho infantil. Já a abordagem quantitativa permite identificar padrões estatísticos e analisar suas relações com variáveis como desempenho escolar, tempo de lazer e interação social das crianças na cidade de Maputo.

A pesquisa é aplicada, com foco na criação de soluções práticas para reduzir o trabalho infantil em Maputo. Busca desenvolver intervenções concretas, como políticas públicas, programas de sensibilização e alternativas econômicas, com base em um diagnóstico das áreas mais afetadas. Segundo Vergara (2000), esse tipo de pesquisa “visa gerar conhecimentos para aplicação prática”, beneficiando diretamente a comunidade, ao enfrentar problemas como a desistência escolar e os prejuízos à saúde infantil.

Amostragem: foi escolhida a técnica de amostragem não probabilística por conveniência ou acessibilidade, para garantir uma coleta de dados de forma prática e acessível, dado o contexto específico da pesquisa sobre trabalho infantil na cidade de Maputo. De acordo com Sekaran (2003),

a amostragem por conveniência envolve selecionar os participantes de maneira fácil, com base na disponibilidade e acessibilidade dos mesmos, sem seguir um processo probabilístico. Este tipo de amostragem é frequentemente utilizado quando o objetivo é obter informações de forma rápida e com menos custos, mesmo que isso possa comprometer a representatividade dos dados. Nesse caso, a amostra é composta por 50 crianças (40 do sexo masculino e 10 do sexo feminino) com idades compreendidas entre 8 a 17 anos, envolvidas em comércio informal (venda ambulante) e 5 Pais ou encarregados de educação, selecionadas com base na proximidade e na disponibilidade para participar da pesquisa. Contudo, a escolha dos bairros Alto Maé e Central baseou-se em sua acessibilidade, densidade populacional e alta incidência de trabalho infantil.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas, aplicadas tanto às crianças quanto aos seus responsáveis, com o objetivo de compreender suas percepções, motivações e os impactos do trabalho infantil.

Complementarmente, utilizou-se a observação direta assistemática, a qual permitiu captar aspectos não verbais e contextuais do ambiente de trabalho das crianças, tais como as interações, a postura corporal e as atividades realizadas.

Além disso, a pesquisa incluiu uma pesquisa bibliográfica, fundamental para o embasamento teórico e contextual do estudo. Segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa permite “enriquecer a compreensão das causas e efeitos do trabalho infantil”, com base na análise de fontes relevantes, como artigos científicos, livros, documentos públicos e relatórios das organizações internacionais.

A análise de dados será realizada por meio da análise de conteúdo (Bardin, 1977), que visa organizar, categorizar e interpretar as respostas das entrevistas e questionários. Os dados serão transcritos, codificados e agrupados em categorias temáticas, como saúde, educação e bem-estar das crianças. Este método permitirá identificar padrões e temas relacionados ao desenvolvimento social, além de explorar as razões sociais e culturais que motivam o trabalho infantil. A categorização será fundamental para sustentar as conclusões e fornecer subsídios que reforcem os

argumentos da pesquisa, oferecendo uma visão aprofundada do impacto social e emocional do trabalho infantil.

3.2. Limitações da Pesquisa

A representatividade da amostra foi um dos principais desafios enfrentados nesta pesquisa, uma vez que os dados coletados focaram predominantemente em crianças envolvidas no comércio informal na cidade de Maputo. Apesar da relevância desses dados, eles não refletem integralmente a realidade de toda a região, considerando que muitas crianças estão inseridas em outras formas de trabalho infantil. Contudo, não foi possível entrevistar crianças que fazem trabalhos domésticos em residências devido aos conflitos e manifestações pós-eleitorais ocorridos no país, durante o período em que a pesquisa foi realizada. A inclusão dessas realidades teria enriquecido a análise e proporcionado uma visão mais abrangente sobre os impactos do trabalho infantil.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS IMPACTOS DO TRABALHO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS CRIANÇAS NA CIDADE DE MAPUTO

Neste capítulo, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa sobre o impacto do trabalho infantil no desenvolvimento social de crianças na cidade de Maputo. A análise contempla as características sociodemográficas das crianças, suas condições de trabalho, o acesso à educação e os efeitos dessa atividade sobre sua saúde física, emocional e social. A inclusão dos pais e encarregados de educação enriqueceu a compreensão das dinâmicas familiares e dos fatores socioeconômicos que levam ao envolvimento precoce no trabalho. A partir dos dados recolhidos, discutem-se estratégias que visam reduzir o trabalho infantil e promover condições mais favoráveis ao desenvolvimento integral das crianças.

4.1. Caracterização Geográfica e Sociodemográfica do local de Estudo

Este estudo foi realizado na cidade de Maputo, localizada no sul de Moçambique. Como maior centro urbano do país, a cidade de Maputo abriga os principais ministérios do Estado e grande parte das organizações públicas e privadas. Administrativamente, a cidade está dividida em sete distritos municipais: KaMpfumo, KaNlhamanculo, KaMaxakeni, KaMavota, KaMubukwana, KaTembe e KaNyaka.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023), a cidade de Maputo possui uma população estimada em 1.133.235 habitantes, com uma densidade de 3.275 habitantes por quilômetro quadrado. Destes, 39,5% são crianças com menos de 18 anos.

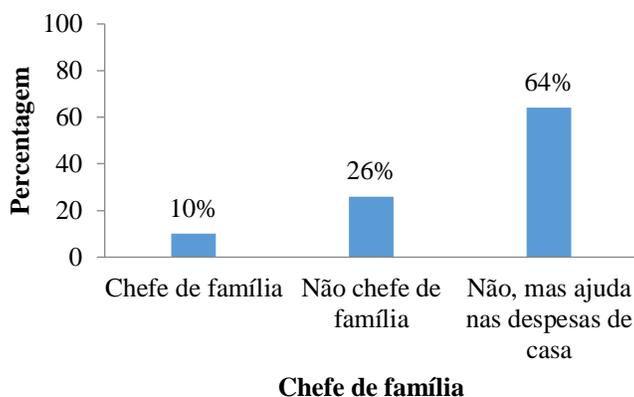
A pesquisa focou-se no distrito municipal de KaMpfumo, especificamente nos bairros Alto Maé e Central, que se destacam pela diversidade socioeconômica. A maioria das crianças entrevistadas, no entanto, reside nos bairros periféricos de Malanga, Polana Caniço, Maxaquene, Mafalala e Chamanculo, onde enfrentam condições socioeconômicas desafiadoras.

A amostra deste estudo foi composta por 50 crianças (40 meninos e 10 meninas) com idades entre 8 e 17 anos, envolvidas no comércio informal nas ruas, nas proximidades do mercado central e nos terminais rodoviários da cidade de Maputo. Além disso, a pesquisa incluiu 5 pais ou encarregados de educação responsáveis por parte destas crianças.

4.2. Fatores que influenciam o envolvimento das crianças no trabalho infantil na cidade de Maputo

A pobreza foi o principal fator, com 64% das crianças contribuindo para despesas familiares e 10% como chefes de família (Gráfico 1). Normas culturais e migração de áreas rurais (88% das crianças, Gráfico 2) também impulsionaram a prática. As idades predominantes foram 16-17 anos (47%), 12-15 anos (32%) e 8-11 anos (21%) (Gráfico 3).

Gráfico 1: Responsabilidade das Crianças inseridas no trabalho infantil junto das suas famílias



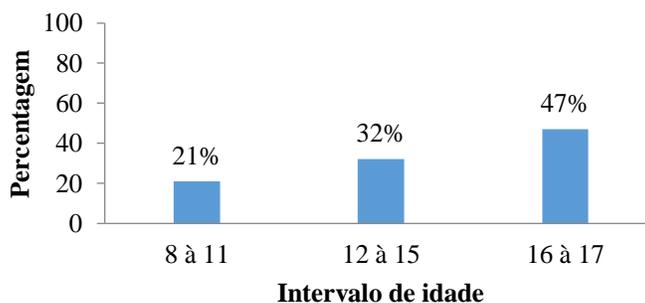
Fonte: Elaboração própria (2024)

Gráfico 2: Razões que levaram às crianças entrevistadas à Cidade de Maputo



Fonte: Elaboração própria (2024)

Gráfico 3: Faixas etárias de crianças envolvidas no trabalho infantil na Cidade de Maputo



Fonte: Elaboração própria (2024)

Os dados obtidos, são consentâneos com os resultados apresentados pela UNICEF (2021). Segundo esta organização, cerca de 22% das crianças moçambicanas entre 5 e 17 anos estão envolvidas em alguma forma de trabalho infantil.

A lógica por detrás dos números obtidos e representados no gráfico 1, pode ser explicada da seguinte forma, em Maputo, o trabalho infantil é ainda mais prevalente devido à pobreza urbana, onde as crianças frequentemente precisam contribuir com até 20% da renda familiar para ajudar no sustento doméstico. Olhando para esta realidade, à medida em que as crianças vão crescendo, as suas obrigações para com a família e as suas necessidades pessoais aumentam fazendo com que sejam obrigadas a se inserirem no mercado de trabalho para fazer face as suas demandas, abdicando desta forma do processo normal evolutivo de uma criança.

O Gráfico 2, revela que grande parte das crianças inseridas no comércio informal, embora residam nos bairros periféricos da cidade de Maputo em condições socioeconômicas desafiadoras, elas são naturalmente provenientes de comunidades rurais (Distrito de Chibuto, Bilene e Massinga). Nessas comunidades, os costumes e tradições locais continuam fortemente preservados, muitas vezes sem considerar o valor inalienável dos direitos humanos, especialmente

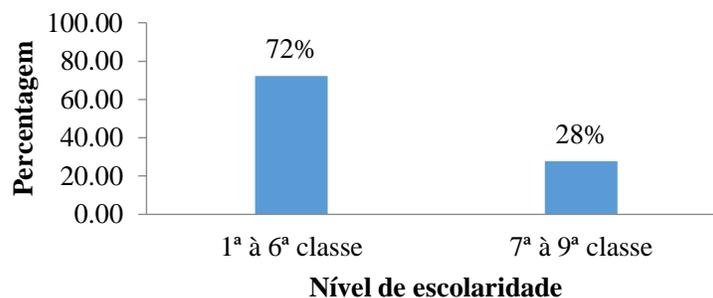
os direitos da criança. É prática comum que as crianças sejam educadas, desde os primeiros anos de vida, para trabalhar em prol da família, mesmo que esse “trabalho” não contribua diretamente para aumentar a renda familiar. Contudo, à medida que crescem, é inculcido nelas o espírito do trabalho para ajudar os pais, que frequentemente esperam que seus filhos se tornem sua principal fonte de sustento.

4.3. Análise das Características Socioeconômicas das Crianças envolvidas no Trabalho Infantil

As crianças, eram maioritariamente de famílias pobres e vendiam produtos como ovos, pipocas, arrufadas, amendoim torrado, doce de amendoim, doce de coco, esfregões de louca, palha de aço, e sacos plásticos, em condições insalubres, expondo-se a vários riscos tais como acidentes, doenças sanitárias e ocupacionais, violações e outros perigos iminentes na via pública.

A escolaridade era crítica: 64% nunca frequentaram a escola, e dos 36% que frequentaram, 72% pararam no ensino primário (Gráfico 4). Relatos indicaram abandono por pressão financeira ou busca de independência.

Gráfico 4: Nível de escolaridade das crianças inseridas no trabalho infantil na Cidade de Maputo



Fonte: Elaboração própria (2024)

A educação é um pilar essencial para o desenvolvimento humano, principalmente nas fases iniciais da vida. A educação é fundamental para o desenvolvimento pessoal, social e profissional, pelo que, o gráfico 4 acima, é preocupante, pois impede o progresso, especialmente entre crianças de comunidades mais vulneráveis economicamente.

Das crianças que foram abordadas, soube-se que no seu círculo, a escolarização não é entendida como uma alternativa válida para a mudança de paradigma familiar.

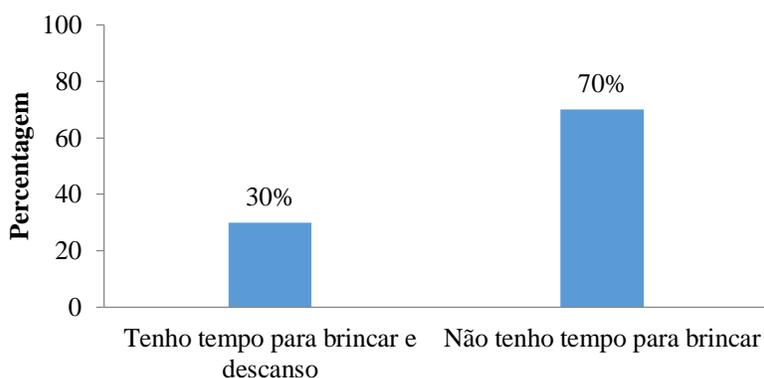
Vale ressaltar que a condição socioeconômica da criança é fundamentalmente definida pelos seus pais e/ou encarregados de educação. De acordo com a teoria ecológica de Bronfenbrenner (1979), o desenvolvimento da criança é influenciado por múltiplos níveis de contexto, que vão desde a interação direta com a família e a escola até as condições mais amplas da comunidade e sociedade.

No caso das crianças abordadas na presente pesquisa, elas estão expostas a uma situação socioeconômica bastante crítica, sem qualquer assistência, entregues aos seus próprios cuidados. Esse contexto coloca-as em um ciclo difícil de romper, já que estão inseridas em um ambiente social e familiar onde as possibilidades de mudança do paradigma socioeconômico, tanto para elas quanto para suas famílias, são extremamente limitadas.

4.4 Impactos do Trabalho Infantil no Desenvolvimento Social da criança

A pesquisa revela que, apenas 30% das crianças afirmam ter tempo de descanso e para brincar, os restantes 70% não tem tempo para brincadeiras típicas da sua faixa etária, conforme ilustre o gráfico 5.

Gráfico 5: Disponibilidade de tempo para brincar e descansar



Fonte: Elaboração própria (2024)

A privação de brincadeiras e lazer prejudica o crescimento físico, social e cognitivo. Vygotsky (1984), citado por Campos e Francishini (2003), destaca que o brincar é fundamental para a maturação emocional e a formação das necessidades e desejos das crianças. Nesse contexto, essas crianças não se encaixam no "ideal de infância" defendido por algumas abordagens tradicionais da Psicologia do Desenvolvimento. Em vez de vivenciar uma infância plena, elas adotam comportamentos adultos e internalizam os valores do ambiente de trabalho, transformando o período infantil em uma fase de adaptação ao trabalho, e não de descoberta e desenvolvimento pessoal.

Um outro aspecto que mina o desenvolvimento social das crianças envolvidas no trabalho infantil na Cidade de Maputo é o facto de na sua maioria estarem fora do seu convívio familiar. A pesquisa revelou que 50 % destas crianças são provenientes da província de Gaza, 34% da província de Inhambane e apenas 16% da Província de Maputo, ao se deslocarem das províncias de que são naturais, elas se inserem nas zonas periféricas da cidade de Maputo, em pequenos grupos e em condições desfavoráveis, enfrentando vários desafios relacionados à segurança e saúde.

O relatório realizado e divulgado em 2022 pela CPLP, refere que o trabalho infantil não é apenas uma forma de violência, mas também um verdadeiro "sequestro" da infância, com sérias consequências físicas e psicológicas que prejudicam o crescimento e o desenvolvimento das crianças. Elas ficam expostas a doenças e ao atraso escolar, comprometendo seu desenvolvimento integral e saudável. As consequências desse problema são evidentes em várias áreas, tais como:

Educação: a falta de tempo para estudar ou a exclusão da escola aumentam o analfabetismo funcional e limitam as futuras oportunidades de emprego e renda.

Saúde física e mental: crianças submetidas ao trabalho infantil estão frequentemente expostas a ambientes insalubres e perigosos, o que pode levar a doenças físicas, lesões e traumas psicológicos. Além disso, a carga de trabalho prolongada e exaustiva compromete o desenvolvimento saudável, causando problemas como desnutrição e estresse.

Lazer e convivência familiar: o trabalho infantil reduz significativamente o tempo disponível para atividades de lazer e interação com a família, fundamentais para o desenvolvimento emocional e social das crianças.

Segurança e proteção: o trabalho infantil frequentemente ocorre em ambientes inseguros, violando o direito à proteção. As crianças são expostas a exploração e violência, comprometendo sua integridade física e moral.

Esse cenário revela que as sociedades de onde essas crianças provêm possuem sistemas de valores socioeconômicos prejudiciais, baseados numa cultura de escassez profunda. Essa realidade coloca as crianças em uma situação de privação de seus direitos, violando sua fase de crescimento e resultando na marginalização e perpetuação da pobreza socioeconômica.

4.5. Percepção dos Pais e Encarregados de Educação sobre o Impacto do Trabalho Infantil

A pesquisa revela que a pobreza leva os pais em Maputo a permitirem o trabalho infantil, apesar da preocupação com seus impactos negativos no desenvolvimento físico, emocional e educacional das crianças. Um pai de 55 anos destacou a insegurança das ruas onde seu filho trabalha, mas afirmou que a falta de recursos financeiros deixa poucas alternativas. Já um pai de 48 anos expressou o desejo de que seu filho tenha acesso à educação, refletindo uma aspiração coletiva por um futuro melhor, livre da exploração do trabalho infantil. Contudo, a ausência de alternativas econômicas e de políticas públicas eficazes impede que essas aspirações se concretizem.

Os pais reconhecem os riscos do trabalho infantil, mas o veem como inevitável diante das circunstâncias. Esse cenário evidencia a necessidade urgente de políticas públicas que promovam apoio à renda, acesso à educação de qualidade e serviços integrados de saúde e bem-estar para as famílias.

4.6. Relação Jurídica e Social entre Crianças Trabalhadoras e Responsáveis

Em Maputo, o trabalho infantil ocorre em contextos informais, sem contratos, violando a Constituição moçambicana, a Lei nº 13/2023, a Lei nº 7/2008 e as Convenções nº 138 e nº 182 da OIT. Crianças, sem capacidade civil, são exploradas por adultos (empregadores ou familiares), que podem ser responsabilizados legalmente.

Exceções legais para trabalho familiar são frequentemente manipuladas, legitimando a exploração sob o pretexto de ajuda doméstica. Normas culturais e a pobreza estrutural naturalizam o trabalho infantil, criando relações de poder assimétricas onde a criança é subordinada (Macedo, 2012).

Para combater essa prática, é essencial fortalecer os mecanismos de proteção legal e implementar ações integradas que responsabilizem os adultos e garantam os direitos das crianças, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

5. CONCLUSÕES E PLANO DE MELHORIA

Este capítulo apresenta as principais conclusões alcançadas ao longo desta pesquisa, com ênfase na análise e discussão dos impactos do trabalho infantil no desenvolvimento social das crianças. Também são discutidas as respostas às questões de investigação e a avaliação dos argumentos apontados, com base nos dados obtidos.

Por fim, é feita a análise SWOT e apresentado um plano de melhoria destinado a reduzir os efeitos e a incidência do trabalho infantil em Moçambique.

5.1. Conclusões

O trabalho infantil na cidade de Maputo representa um problema complexo, influenciado por fatores econômicos, sociais e culturais que comprometem o desenvolvimento das crianças e perpetuam ciclos de pobreza.

A pesquisa identificou uma forte ligação entre a pobreza estrutural e a prevalência do trabalho infantil, com muitas famílias dependendo financeiramente da contribuição dos filhos. Essa dependência econômica está intimamente relacionada à escassez de políticas públicas eficazes que ofereçam suporte às famílias vulneráveis.

Embora o trabalho infantil possa, em alguns casos, contribuir para a renda familiar e proporcionar o desenvolvimento de habilidades laborais, esses possíveis benefícios são amplamente superados pelos impactos negativos. A interrupção educacional, que atinge 64% das crianças trabalhadoras, restringe suas oportunidades futuras e reforça sua exclusão social. Além disso, as condições de trabalho insalubres, o cansaço extremo e a falta de tempo para brincar e interagir comprometem o bem-estar físico, emocional e social dessas crianças, violando seus direitos fundamentais. Esses elementos comprovam que o trabalho infantil tem impactos negativos profundos no desenvolvimento social das crianças na cidade de Maputo. Outro fator relevante é o deslocamento de menores de outras províncias que agrava sua vulnerabilidade, expondo-as a riscos de marginalização, exploração e abusos, além de intensificar a ruptura de laços familiares, fundamentais para o desenvolvimento emocional.

Apesar das adversidades, os pais e encarregados de educação expressam uma clara compreensão dos impactos negativos do trabalho infantil e desejam que seus filhos tenham acesso a uma vida melhor. Contudo, a falta de alternativas econômicas e de políticas públicas eficazes impede a transformação dessa aspiração em realidade.

A manutenção dessa prática reflete a fragilidade da proteção legal e da atuação governamental. A erradicação do trabalho infantil requer uma abordagem integrada, que uma apoio econômico,

acesso à educação, campanhas de sensibilização e fortalecimento dos mecanismos legais e de fiscalização.

5.2. Análise SWOT

A análise SWOT permite avaliar os pontos fortes e fracos das iniciativas, bem como as oportunidades e ameaças externas.

Fatores	Internos (Forças e Fraquezas)	Externos (Oportunidades e Ameaças)
Forças	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas públicas existentes para proteção da criança; - Parcerias com ONGs e instituições internacionais; - Mobilização comunitária ativa. 	Oportunidades: <ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de ampliar financiamento internacional; - Crescente conscientização global sobre os direitos das crianças; - Tecnologia para fiscalização mais eficiente.
Fraquezas	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros limitados; - Falta de infraestrutura adequada; - Dificuldade na fiscalização em regiões afastadas. 	Ameaças: <ul style="list-style-type: none"> - Crise econômica resultante da instabilidade sociopolítica que pode reduzir investimentos; - Cultura tradicional que pode dificultar mudanças rápidas; - Resistência de sectores económicos que dependem da mão-de-obra infantil.

Fonte: Elaboração própria (2025)

A análise SWOT evidencia que, apesar da existência de políticas públicas de proteção à criança e do apoio de ONGs e organizações internacionais, ainda há desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, os recursos financeiros limitados e as dificuldades na fiscalização, especialmente em áreas mais remotas. No entanto, as oportunidades identificadas, como o potencial de financiamento internacional, o aumento da conscientização global sobre os

direitos das crianças e o avanço da tecnologia para fiscalização, representam caminhos viáveis para fortalecer as ações de melhoria.

Diante disso, é fundamental que o governo e seus parceiros intensifiquem esforços para mitigar as fraquezas e enfrentar as ameaças, como a crise econômica e as barreiras culturais, através do fortalecimento das políticas públicas, da implementação de programas educacionais acessíveis e da mobilização comunitária. A captação de recursos por meio de parcerias público-privadas e organismos internacionais pode contribuir para viabilizar essas iniciativas. Dessa forma, ao alinhar as estratégias de melhoria com as oportunidades disponíveis, será possível reduzir de forma sustentável a incidência do trabalho infantil e garantir um futuro mais digno para as crianças.

5.3. Plano de Melhoria

Propõe-se um plano com cinco eixos:

Fortalecimento das Políticas Públicas: apoio financeiro às famílias, ampliação da infraestrutura escolar, alimentação e saúde gratuitas; fortalecer parcerias público-privada, para o financiamento e cooperação com organizações internacionais, como a UNICEF e o Banco Mundial.

Incentivo à Educação e Capacitação Profissional: currículos flexíveis, centros de formação técnica e bolsas de estudo; incentivos fiscais para empresas envolvidas nessa ação.

Parcerias Comunitárias: campanhas de sensibilização, centros de atividades para crianças e envolvimento dos líderes locais.

Monitoramento e Fiscalização: inspeções regulares, canais de denúncia, capacitação de fiscais e integração institucional.

Apoio Psicológico e Assistência Social: programas de apoio emocional e reintegração social das crianças e famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BOURDILLON, M. (2006). *Children and Work: A Review of Current Literature and Debates*. United Kingdom.

BRONFENBRENNER, U. (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

CAMPOS, H. R., & FRANCISCHINI, R. (2003). *Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano*. Psicologia em Estudo. São Paulo: Cortez.

CPLP. (2022). *Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT e suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP*. Geneva: OIT.

DELARI, A. (2009). *Vigotski e a prática do psicólogo: em percurso da psicologia geral à aplicada*. Paraná: Mimeo.

DIRECÇÃO NACIONAL DE OBSERVAÇÃO DO MERCADO DO TRABALHO. *Boletim informativo do mercado do trabalho III Trimestre 2023*. Maputo: Ministério do Trabalho e Segurança Social.

DURKHEIM, É. (1893). *De la division du travail social*. Presses Universitaires de France.

FREIRE, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.

GIL, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

- HOPKINS, T. (2002). *Trabalho Infantil: Do Século XIX ao XXI*. Rio de Janeiro: Editora Global.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE. (2023). *Características sociodemográficas das crianças em Moçambique*. Maputo.
- IOF. (2023). *Inquérito sobre o Orçamento Familiar 2022: Resumo do Relatório*. Maputo: INE.
- MACEDO, J. D. (2012). *Trabalho infantil: Representações sociais nos media*. Lisboa: MEE/DGERT.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO - MINEDH. (2020). *Plano estratégico da educação 2020-2029*. Maputo.
- OLIVEIRA, M. (2011). *Metodologia científica: Um manual para a realização de pesquisas em administração*. Catalão-GO.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Nova York: Assembleia Geral da ONU.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. (2022). *Trabalho digno e a economia social e solidária: 110ª sessão da conferência internacional do trabalho*. Lisboa.
- PERLOIRO, M. F. (2003). *Desenvolvimento Social da criança: A família como unidade educativa fundamental*. São Paulo.
- PESCE, L. (1999). *A História do Trabalho Infantil*. São Paulo.
- ROSC. (2015). *Posicionamento do ROSC Alusivo ao Dia Mundial de Luta contra o Trabalho Infantil*. Maputo: ROSC- UNICEF.
- SEKARAN, U. (2003). *Research Methods for Business: A Skill-Building Approach*. 4ª ed. New York: John Wiley & Sons.
- SEVERINO, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. 23ª ed. São Paulo: Cortez.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. (2020). *Os impactos da COVID-19 nas crianças em Moçambique*. Maputo: UNICEF.

UNICEF. (2020). *Pobreza infantil multidimensional em Moçambique*. Maputo.

UNICEF. (2021). *A Situação das Crianças em Moçambique 2021: Resumo do Relatório*. Maputo: UNICEF.

UNICEF. (2023). *A Situação das Crianças em Moçambique 2023: Resumo do Relatório*. Maputo: UNICEF.

VERGARA, S. C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.

VYGOTSKY, L. S. (1978). *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

VYGOTSKY, L. S. (1989). *Pensamento e linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Leis e Decretos:

DECRETO N° 68/2017, de 01 de Dezembro, Boletim da República n° 188 – I Série, Assembleia da República, Moçambique.

LEI DO TRABALHO N° 13/2023, de 25 de Agosto, Boletim da República n° 165 - I Série, Assembleia da República, Moçambique.

LEI N° 1/2018, de 12 de Junho, Boletim da República n° 115 – I Série, Assembleia da República, Moçambique.

LEI N° 7/2008, de 09 de Julho, Boletim da República n° 28 – I Série, Assembleia da República, Moçambique.

RESOLUÇÃO N° 19/90, de 23 de Outubro, Boletim da República n° 42 – I Série, Assembleia da República, Moçambique.

